

Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.

CNPJ 21.813.291/0001-07



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que

compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia apurou, em 2019, lucro líquido de R\$33,7 milhões, aumento de 8,7% em relação ao lucro líquido de R\$31,0 milhões auferido em 2018. São Paulo, 20 de fevereiro de 2020. A ADMINISTRAÇÃO

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018						
(em milhares de reais)				Notas	2019	2018
Ativo						
Ativo circulante	–	63.199	46.557			
Disponível	–	19	11			
Caixa e bancos	–	19	11			
Aplicações financeiras	–	48.827	39.076			
Aplicações financeiras	5	48.827	39.076			
Títulos e créditos a receber	–	14.353	7.470			
Títulos e créditos a receber	6	13.901	7.205			
Créditos tributários e previdenciários	–	267	257			
Outros	–	185	8			
Ativo não circulante	–	779	65			
Títulos e créditos a receber	–	777	–			
Ativos de arrendamentos	–	777	–			
Imobilizado	–	2	57			
Intangível	–	–	8			
Total do ativo		63.978	46.622			
Passivo						
Passivo circulante	–	35.583	21.196			
Contas a pagar	–	35.583	21.196			
Obrigações a Pagar	7	19.838	8.522			
Dividendos a pagar	–	8.424	7.651			
Encargos trabalhistas, Impostos e encargos sociais a recolher	–	1.460	1.259			
Impostos e Contribuições	8	3.724	2.367			
Outras contas a pagar	–	2.137	1.397			
Passivo não circulante	–	663	12			
Contas a pagar	–	663	12			
Obrigações a Pagar	–	4	11			
Outras contas a pagar	–	659	1			
Patrimônio líquido	–	27.732	25.414			
Capital social	10.1	2.050	2.050			
Reservas de lucros	10.2	25.682	23.364			
Total do passivo e patrimônio líquido		63.978	46.622			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os				Demonstrações dos fluxos de caixa para os		
exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018				exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018		
(em milhares de reais)				(em milhares de reais)		
					2019	2018
Receita líquida	11	73.713	55.510	Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	51.999	42.885
Outras receitas e despesas	–	(21.713)	(12.625)	Mais		
Despesas administrativas	12	(20.847)	(12.256)	Juros de arrendamento mercantil	61	–
Despesas com tributos	–	(2.787)	(2.122)	Depreciações e amortizações	154	96
Receitas financeiras	–	1.984	1.753	Incentivo em ações	760	194
Despesas financeiras	–	(63)	–	Atividades operacionais		
Resultado operacional	–	52.000	42.885	Varição das aplicações financeiras	(9.751)	(9.760)
Resultado na venda de ativos não correntes e outras operações	–	(1)	–	Varição de títulos e créditos a receber	(7.609)	(1.961)
Resultado antes dos impostos e contribuições	–	51.999	42.885	Varição de contas a pagar	2.506	(3.149)
Imposto de renda	13	(6.494)	(4.988)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.228)	(5.804)
Contribuição social	13	(2.347)	(1.804)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	30.892	22.501
Participações sobre o lucro	–	(9.462)	(5.078)	Atividades de investimento		
Lucro líquido do exercício		33.696	31.015	Ativos imobilizados e intangíveis	–	49
Quantidade de ações		1.707.996	1.707.996	Venda	–	49
Lucro líquido por ação em R\$		19,73	18,16	Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	–	49
				Atividades de financiamento		
				Pagamento de dividendos	(30.606)	(22.549)
				Pagamento de arrendamentos	(278)	–
				Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(30.884)	(22.549)
				Aumento no caixa	8	1
				Caixa no início do exercício	11	10
				Caixa no final do exercício	19	11
				Aumento no caixa	8	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018						
(em milhares de reais)						
Descrição	Capital social	Reserva de lucros		Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva legal	Dividendos adicionais Propostos			
Saldos em 01/01/2018	1.708	342	16.911	17.253	–	18.961
Dividendos adicionais propostos - R\$9,90 (em reais) por lote de mil ações ON	–	–	(16.911)	(16.911)	–	(16.911)
Aumento de capital com utilização da Reserva Legal, conforme ata do dia 29/03/2018	342	(342)	–	(342)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	31.015	31.015
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	–	410	–	410	(410)	–
Obrigatórios - R\$4,48 (em reais) por lote de mil ações ON	–	–	–	–	(7.651)	(7.651)
Dividendos adicionais propostos - R\$13,44 (em reais) por lote de mil ações ON	–	–	22.954	22.954	(22.954)	–
Saldos em 31/12/2018	2.050	410	22.954	23.364	–	25.414
Pagamento de dividendos	–	–	(22.954)	(22.954)	–	(22.954)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	33.696	33.696
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Obrigatórios - R\$4,93 (em reais) por lote de mil ações ON	–	–	–	–	(8.424)	(8.424)
Dividendos adicionais propostos - R\$14,80 (em reais) por lote de mil ações ON	–	–	25.272	25.272	(25.272)	–
Saldos em 31/12/2019	2.050	410	25.272	25.682	–	27.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A., denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de janeiro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, e tem como objeto social a administração e gestão de fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem como acionistas a Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI), que detém 90% de participação, e a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 10% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. e suas controladas, que é tratado nestas demonstrações financeiras pelo termo “SulAmérica”. A Sul América S.A. (SASA) tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou em 21/02/2020 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2019, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 20/02/2020. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes:** Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. Em 2019, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **3.2.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. **3.4. Benefícios a empregados:** A Companhia tem como benefício o Plano de Previdência de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Os custos com o PGBL são reconhecidos no resultado pelo valor das contribuições efetuadas. **3.5. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. **3.6. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. **3.7. Estimativas:** A preparação das demonstrações

financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A principal estimativa relacionada à demonstração financeira refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se na nota explicativa de títulos e valores mobiliários (nota 5). **3.8. Normas e interpretações novas e revisadas:** **3.8.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras:** A IFRS 16/ CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários com reconhecimento de um ativo representado pelo direito de uso de utilizar o ativo arrendado e de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor e foram adotadas pela Companhia, quando aplicável. A Companhia aplicou a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Não houveram efeitos cumulativos a serem reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Destacamos que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passaram a ser reconhecidos como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional. Os saldos decorrentes dos arrendamentos da Companhia, descontados a valor presente, estão registrados nas rubricas “Ativos de arrendamentos” e “Outras contas a pagar”, com saldo em 31/12/2019 de R\$777 e R\$780 respectivamente. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 - Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa (alterações à IFRS 9) – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Alterações ao IAS 19 (CPC 33 R1) - Os planos de benefícios a empregados da SulAmérica não tiveram alteração, redução ou liquidação. Dessa forma, a alteração do IAS 19 não tem efeito para a SulAmérica. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2019 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Espera-se que a norma a seguir possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial. • Alterações às referências à estrutura conceitual nas Normas IFRS – Em vigor a partir de 01/01/2020; • Definição de um Negócio (alterações à IFRS 3) [CPC 15] – Em vigor a partir de 01/01/2020; e • Definição de Relevante (Alterações à IAS 1 e IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2020. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Companhia é feito de forma corporativa e tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo

continua



continuação

Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.

CNPJ 21.813.291/0001-07

de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committe of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR), de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos – ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **4.2. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. A composição da carteira da Companhia é baseada em cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo. Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa. **4.3. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.4. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.4.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.4.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **5. Aplicações financeiras:** **5.1. Composição das aplicações financeiras:** Em 31/12/2019 e 2018, os saldos das aplicações financeiras avaliados pela curva e a valor de mercado estão representados pelas cotas de fundos de investimentos não exclusivos de acordo com as tabelas abaixo.

	2019		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado	Valor de mercado / pela curva	contábil
Total			
Cotas de fundos de investimentos	48.827	48.827	48.827
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	48.827	48.827	48.827
Subtotal	48.827	48.827	48.827
Percentual total – contábil		100,00%	100,00%
Total			48.827
Circulante			48.827

	2018		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado	Valor de mercado / pela curva	contábil
Total			
Cotas de fundos de investimentos	39.076	39.076	39.076
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	39.076	39.076	39.076
Subtotal	39.076	39.076	39.076
Percentual total – contábil		100,00%	100,00%
Total			39.076
Circulante			39.076

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado. **5.2. Movimentação das aplicações financeiras:**

	Valor justo por meio do resultado		Total
Saldo em 01/01/2018	29.316	29.316	
Aplicações	51.530	51.530	
Rendimentos resgate	(1.608)	(1.608)	
Principal resgate	(41.929)	(41.929)	
Resultado financeiro	1.767	1.767	
Saldo em 31/12/2018	39.076	39.076	

	Valor justo por meio do resultado		Total
Saldo em 31/12/2018	30.076	30.076	
Aplicações	66.835	66.835	
Rendimentos resgate	(1.931)	(1.931)	
Principal resgate	(57.098)	(57.098)	
Resultado financeiro	1.945	1.945	
Saldo em 31/12/2019	48.827	48.827	

5.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: **(i) Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **(ii) Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **(iii) Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2: Cotas de fundos de investimentos:** Calculadas de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2019	2018
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	48.827	39.076
Total	48.827	39.076

6. Títulos e créditos a receber: Em 31/12/2019 e 2018, os títulos e créditos da Companhia estavam representados por:

Descrição	2019	2018
Taxa de administração - fundos	3.815	3.578
Taxa de performance - fundos (a)	9.194	2.630
Carteira administrada	823	881
Outros	69	116
Total	13.901	7.205

(a) O aumento é referente à melhora na performance dos fundos de investimento em comparação com o exercício anterior. **7. Obrigações a pagar:** Em 31/12/2019 e 2018, as obrigações a pagar da Companhia estavam representadas por:

Descrição	2019	2018
Administradores e funcionários	19.753	8.470
Outros	86	52
Total	19.838	8.522
Circulante	19.838	8.522

8. Impostos e contribuições: Em 31/12/2019 e 2018, os impostos e contribuições da Companhia estavam representados por:

Descrição	2019	2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.158	1.438
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	779	520
Contribuição PIS e COFINS	513	261
Outros	274	148
Total	3.724	2.367

9. Partes relacionadas: **9.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2019	2018	2019	2018
Sul América S.A. (a) (f)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	1.854	1.199
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	88	103	–	–
Saepar Serviços Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A.	2	5	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (d) (e) (g)	Controladora indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	426	413	844	765
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (d) (e)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	146	–	7.582	6.888
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	159	230	–	–
Sul América Cia Nacional de Seguros (a) (d)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	162	205	2	1
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	105	99	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Participações e Investimentos S.A. (a)	Ligada	Sul América Holding S.A.	1	–	–	–
Total			1.089	1.055	10.282	8.853

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2019	2018	2019	2018
Sul América S.A. (a) (f)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	1	1	–	–
Sul América Capitalização S.A. - SULACAP (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.105	1.314	–	–
Saepar Serviços Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A.	17	69	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (d) (e) (g)	Controladora indireta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	4.714	4.753	–	(215)
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (d) (e)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.140	1.410	(40)	(35)
Sul América Cia Nacional de Seguros (a) (d)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	2.124	2.703	–	–
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.174	1.138	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	(29)
Sul América Participações e Investimentos S.A. (a)	Ligada	Sul América Holding S.A.	1	–	–	–
Total			10.276	11.388	(40)	(279)

(a) Refere-se à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (b) Refere-se ao seguro saúde e odontológico a funcionários e dirigentes, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela SulAmérica; (c) Valor referente ao plano de previdência complementar e seguro de vida grupal oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores; (d) Transações em conta corrente entre companhias do Grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente à dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios da SulAmérica; (f) Valor referente ao reembolso das controladas com planos de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA oferecidos aos administradores das empresas da SulAmérica; e (g) Valor referente ao rateio de aluguel da sede Pinheiros entre companhias da SulAmérica. Em 31/12/2019 e 2018, a Companhia pagou dividendos conforme a tabela abaixo:

Dividendos e JCP pagos		
	2019	2018
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - SAMI	27.545	20.294
Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA.SAÚDE	3.061	2.255
Total	30.606	22.549

9.2. Remuneração da administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo de ações (a)	Total
Contas a pagar				
31/12/2019	10.203	–	1.854	12.057
31/12/2018	3.298	–	1.199	4.497
Despesas				
31/12/2019	(11.421)	(137)	(760)	(12.318)
31/12/2018	(4.206)	(83)	(194)	(4.483)

(a) Despesa reembolsada à Sul América S.A. pelo incentivo de ações a seus executivos (vide nota 3.5). **10. Patrimônio líquido:** **10.1. Capital social:** Em 31/12/2019 e 2018, o capital social da Companhia é de R\$2.050 dividido em 1.707.996 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. Em 29/03/2018 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$342, sem emissão de ações, mediante a capitalização do total da reserva legal, na forma do disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76. **10.2. Reservas de lucros:** O total das reservas de lucros da

continua

continuação

Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.

CNPJ 21.813.291/0001-07

Companhia, em 31/12/2019, é de R\$25.682 (R\$23.364 em 2018), sendo referente aos dividendos adicionais e a constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que esta alcance 20% do capital social e dividendos adicionais propostos. 10.3. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. 10.4. Distribuição do resultado: Em 31/12/2019 e 2018, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	51.999	42.885
(-) Impostos e contribuições	(8.841)	(6.792)
(-) Participações	(9.462)	(5.078)
Lucro líquido do exercício	33.696	31.015
Lucro líquido após compensações	33.696	31.015
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-	(410)
Lucro líquido ajustado	33.696	30.605
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	8.424	7.651
Saldo dos dividendos obrigatórios	8.424	7.651
Dividendos adicionais propostos	25.272	22.954
Saldo dos dividendos propostos	33.696	30.605

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. 11. Receitas operacionais: Em 31/12/2019 e 2018, as receitas operacionais da Companhia são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Receitas Operacionais		
Administração de fundos de investimento	49.065	41.117
Carteira Administrada	10.278	11.387
Taxas de performance (a)	15.908	4.155
Impostos incidentes sobre a receita		
ISS	(1.538)	(1.149)
Total	73.713	55.510

(a) O aumento é referente à melhora na performance dos fundos de investimento em comparação com o exercício anterior. 12. Despesas administrativas: Em 31/12/2019 e 2018, as despesas administrativas da Companhia são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Pessoal próprio	(19.082)	(11.318)
Incentivos em ação	(760)	(194)
Serviços de terceiros	(703)	(326)
Localização e funcionamento	(83)	(340)
Publicidade e propaganda	(46)	(46)
Outras	(173)	(32)
Total	(20.847)	(12.256)

13. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apura os tributos de imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. Os cálculos dos tributos utilizando alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição social estão demonstrados a seguir:

Descrição	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta sujeita ao percentual de 32%	75.251	75.251	56.936	56.936
Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	24.080	24.080	18.220	18.220
Rendimentos e ganhos líquidos de aplicações de renda fixa e renda variável	1.945	1.945	1.767	1.767
Demais receitas e ganhos de capital	40	40	60	60
Base de cálculo da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	26.065	26.065	20.047	20.047
Imposto de Renda e Contribuição Social apurado	(6.494)	(2.347)	(4.988)	(1.804)

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho.

Diretores: Leopoldo Vieira Barretto Junior; Luiz Philipe Roxo Biolchini; e Reinaldo Amorim Lopes.

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Deloitte.

io

ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br

Rua da Mooca, 1921

Cep: 03103 - 902 São Paulo

www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx

(11) 2799 9687

www.

imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SELO DE AUTENTICIDADE

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.